

AFINAL, O QUE É ECOTURISMO?

Jaime Nogueira MENDES JÚNIOR¹

Marcos César FERREIRA²

Resumo

A grande demanda pelo ecoturismo, em nível mundial, tem provocado um crescimento desordenado e intenso neste segmento da indústria turística com efeitos negativos tanto sobre o componente social do ambiente, como sobre o aspecto ecológico. A orientação ideológica empresarial concentrada na economia de mercado tem estado em grande discordância com as bases conceituais do ecoturismo, as quais estão fortemente alinhavadas com o conceito de desenvolvimento sustentável. Desta forma, o ecoturismo, personificado como o seu reflexo e incorporado pelo modo de produção capitalista, não pode cumprir com aquilo que não é a sua função principal: a conservação ambiental, a promoção do bem-estar de populações locais e o desenvolvimento de uma consciência ambientalista.

Palavras-chave: Ecoturismo. Desenvolvimento sustentável. Negócio ecoturístico.

Abstract

After all, what is ecotourism?

The great worldwide demand for ecotourism has led to an intense and disordered increase in this segment of the tourism industry, causing negative effects in the environment, including its social component. The enterprise culture orientation focused on the market economy has been strongly discordant with the ecotourism conceptual basis, which are tightly linked to the concept of sustainable development. This way, ecotourism, as its own mirror reflex and embodied by the capitalist production means, cannot accomplish what is not its main function: the environmental conservation, the welfare of local communities and the development of a green conscience.

Key words: Ecotourism. Sustainable development. Ecotourism business.

¹ Ecólogo – Doutor em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Endereço: Sítio Pirapitingui, s/n – CP 297 – CEP 13825-000 – Holambra – SP – E-mail: jaimendes@yahoo.com.br

² Professor livre docente do departamento de Geografia – Instituto de Geociências – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Endereço: r. João Pandiá Calógeras, 51 – CP 6152 – CEP 13083-970 – Campinas – SP – E-mail: macferre@ige.unicamp.br

INTRODUÇÃO

Alguns autores insistem em situar o surgimento do *ecoturismo* por volta dos séculos XVI e XVII, isto é, por ocasião dos deslocamentos de naturalistas em busca de informações sobre elementos da fauna, flora e sociedades humanas nas terras recém colonizadas ao longo do processo da expansão européia. Será mesmo que Jean de Léry ou Charles Darwin já praticavam *ecoturismo*? Responder afirmativamente a essa questão é afirmar que uma investigação científica em campo é *ecoturismo*.

Para outros o ecoturismo se consolidou na inauguração dos parques nacionais de Yellowstone e Yosemite (EUA) que receberam os primeiros *ecoturistas* (CASTROGIOVANNI, 2004; SOUSA, 1998). Esses parques são emblemas de um modelo de preservação ambiental severamente criticado devido ao seu aspecto excludente em relação ao componente social local. Soma-se a isso os efeitos negativos que a adoção desse modelo de preservação, mundialmente difundido, tem causado para as populações nativas que vivem dentro ou no entorno das áreas transformadas em unidades de conservação. Com efeito, não se pode tentar comprimir práticas de contemplação e contato com o ambiente natural, atividades lúdicas ou pedagógicas em áreas preservadas, a investigação científica ecológica ou antropológica sob o termo *ecoturismo*.

O trabalho que segue é parte de tese de doutoramento defendida e aprovada. Por meio de uma análise crítica, procuramos delimitar os aspectos que definem o "ecoturismo conceitual", baseado na noção de desenvolvimento sustentável, e o "ecoturismo na prática", baseado na mercantilização do ideal ecoturístico. Essa abordagem permitiu trazer à baila elementos chaves para entender o desmantelamento do aspecto socioambiental diante da tônica economicista em que se apóia o *ecoturismo de mercado*.

HOMEM, AMBIENTE E ECOTURISMO

O ecoturismo é um fenômeno recente, resultado de uma manifestação humana diante das pressões promovidas pelo modelo de produção capitalista sobre o homem moderno, cujo estilo de vida cria laços que o aprisiona ao universo urbano, mas do qual ele necessita, periodicamente, libertar-se. Essa liberdade, estritamente condicional, é tratada por alguns autores como uma "fuga" (e.g. RUSCHMANN, 2000; LUCHIARI, 1999).

Na prática do ecoturismo, essa "fuga" se reveste de características muito peculiares que se traduzem na busca do ambiente "natural", "selvagem" e, por vezes, "intocado". É a manifestação de um romantismo que quer romper com o classicismo petrificado nos planos cartesianos dos centros urbanos. Mais que um modismo, o ecoturismo irrompe como manifestação de uma necessidade vital para o ser humano. Ackerman (2006, p. 90) coloca essa questão sob um ponto de vista biológico, contribuindo com uma abordagem complementar à construção de nosso *espaço reflexivo*, onde podemos pensar o sentido que emerge da relação que se estabelece entre a busca pelo ambiente natural e o pensamento desenvolvimentista materializado no modo de vida e no *lugar* urbanos.

[...] nossa espécie não surgiu na selva de pedra, mas em florestas e campinas agrestes. Nossos ouvidos não foram feitos para o uivo esgançado das sirenes e sim para o pisar manhoso das patas do predador, o silvo do vento e os prenúncios do tempo adverso. Nossos olhos evoluíram para diferenciar não os monótonos cinzas das avenidas, mas os sutis matizes fulvos, verdes e rubros indicadores de fruta madura e folhagem tenra, e nosso cérebro aprendeu a gratificar com sensações de intenso prazer os esforços dos sentidos.

Estudos recentes conduzidos por Frances Kuo, Laboratório de Paisagem e Saúde Humana de Illinois, sobre os efeitos de áreas verdes para moradores urbanos revelaram uma acentuação no espírito comunitário, maior tolerância ao estresse e às dificuldades do cotidiano, diminuição da violência e da agressividade, maior capacidade de concentração, diminuição dos níveis de ansiedade e, conseqüentemente, saúde melhor e taxas de mortalidade menores (ACKERMAN, 2006).

Naturalmente que esses estudos servem apenas para comprovar, cientificamente, aquilo que muitos percebem de modo intuitivo, sendo a própria expansão do ecoturismo uma forma de manifestação dessa necessidade inerente ao ser humano. Nesse sentido, os laços que nos aprisionam ao universo urbano, produto do modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico, acentuam a necessidade da busca pelo ambiente natural, processo este em que o ecoturismo surge como uma forma de manifestação do homem urbano moderno. Entretanto, o modelo de desenvolvimento, produtor do mal-estar nos centros urbanos que o ecoturismo pretende remediar, não somente se apropria desse "remédio", mercantilizando o ecoturismo sob o signo de um produto massificado, mas o destitui de sentido transformando-o num placebo.

Ecoturismo não é simplesmente a busca por áreas verdes com vistas ao restabelecimento psicofísico ou à satisfação de necessidades humanas que só se realizam em contato com o ambiente natural. Embora esse aspecto seja uma motivação importante para o surgimento do ecoturismo, sua característica mais importante é a exigência de uma consciência integradora do sujeito ao ambiente natural, onde sociedades humanas e ambiente biológico são aspectos complementares e mutuamente dependentes dentro um universo ecológico único.

O termo *ecoturismo*, de autoria de Ceballos-Lascuráin, apareceu pela primeira vez em 1983, e embora já representasse uma forma de expressão do pensamento ambientalista, ainda não estava sistematizado sob as definições empregadas atualmente (PIRES, 1998), o que aconteceu somente a partir de 1992 com a divulgação das idéias sobre desenvolvimento sustentável contidas no Relatório Brundtland (WEARING; NEIL, 2001). Em outras palavras, a noção de desenvolvimento sustentável, que procurava conciliar crescimento econômico e conservação ambiental, serviu de suporte para a definição atual de ecoturismo.

De acordo com o Grupo de Trabalho Interministerial em Ecoturismo, formado a partir dos principais órgãos brasileiros dos setores público e privado envolvidos na elaboração das *Diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo* (GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL MMA-MICT-IBAMA-EMBRATUR, 1994, p.4), ficou estabelecido que ecoturismo é:

um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.

Na definição acima transcrita, percebe-se um alinhamento harmonioso com a idéia de desenvolvimento sustentável em que se procura resolver o conflito socioambiental transformando a conservação ambiental num meio de renda para as populações afetadas pelas unidades de conservação. Lembremos que essas unidades de conservação surgem em decorrência da necessidade de se proteger as últimas amostras de vegetação nativa da sanha voraz empreendida pelo modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico.

A sustentação do conceito de ecoturismo na idéia de desenvolvimento sustentável não é exclusividade das *Diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo*, mas é reflexo de uma tendência mundial que procura conceituar ecoturismo a partir de uma plataforma baseada no desenvolvimento sustentável. Talvez o melhor exemplo dessa tendência seja o conceito de ecoturismo definido pela The International Ecotourism Society (TIES), uma das organizações de maior prestígio internacional na esfera dos debates em torno do ecoturismo

que ela assim define: "*responsible travel to natural areas that conserves the environment and improves the welfare of local people*" (BIEN, 2003, p. 5).

Para o caso do Estado de São Paulo, as *Diretrizes para uma Política Estadual de Ecoturismo* consideram ambas as definições expostas acima e propõe um conjunto de princípios, listados abaixo, procurando delimitar a prática do *turismo sustentável*, o qual engloba o ecoturismo (SÃO PAULO, 1997, p. 14).

- uso sustentável dos recursos naturais;
- manutenção da diversidade biológica e cultural;
- integração do turismo no planejamento;
- suporte às economias locais;
- envolvimento das comunidades locais;
- consulta ao público e aos atores envolvidos;
- capacitação de mão-de-obra;
- marketing turístico responsável;
- redução do consumo supérfluo e desperdício;
- desenvolvimento de pesquisas.

As definições oficiais para ecoturismo que expusemos até aqui, estejam elas inscritas em âmbito internacional, nacional ou estadual, refletem, de modo convergente, as preocupações com o modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico. Dentro desse quadro, o ecoturismo aparece como um produto do próprio conceito de desenvolvimento sustentável, tal como fica bastante evidente nas definições expostas acima.

Esse vínculo entre os conceitos de desenvolvimento sustentável e de ecoturismo sinaliza, de antemão, para um sintoma que se manifesta pelo condicionamento da operacionalidade do ecoturismo a partir de uma matriz baseada no desenvolvimento sustentável. Em outras palavras, o ecoturismo entendido a partir de suas definições oficiais é operacional dentro do quadro emoldurado pelo desenvolvimento sustentável.

Para alguns autores, a definição de ecoturismo proposta nas *Diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo* é vaga (PIRÉS, 1998). Devemos lembrar, entretanto, que a definição de ecoturismo em âmbito nacional serve para estabelecer limites amplos e gerais, os quais podem ser refinados e melhor delimitados nas esferas estaduais e municipais, mas sempre em acordo com as linhas gerais estabelecidas pela definição nacional.

De certo modo, qualquer modalidade de turismo não pode ter os limites de sua definição milimetricamente demarcados, e o ecoturismo não é uma exceção. Esse desejo de categorização, resultado de uma estratégia artificial de organização das informações, tornou-se uma exigência muito rigorosa que foi levada aos extremos pelo pensamento reducionista. Não podemos deixar de considerar que sempre há zonas de transição e sobreposição entre as diferentes modalidades de turismo que se pretende delimitar, o que, de alguma forma, representa um problema numa abordagem administrativa demasiadamente rigorosa.

Entendemos que o ecoturismo, embora esteja fundamentado na busca por áreas verdes, revela sua propriedade mais notável na manifestação de uma consciência que integra o sujeito ao ambiente natural, pelo qual é responsável e dele é dependente, ao passo que integra o compromisso sócio-ambiental como pressuposto básico para o seu desenvolvimento.

A partir dessa perspectiva, o ecoturismo não se realiza meramente pelo seu aspecto econômico, definido pela qualidade rentável do empreendimento ecoturístico, pois esta é uma variável que está subordinada aos quesitos que integram a definição oficial de ecoturismo, ainda que em sua acepção geral de âmbito nacional. O sucesso econômico do ecoturismo enquanto negócio financeiro passa a ser consequência da ação socioambiental do sujeito consciente e integrado ao seu meio, isto é, em acordo com o que pressupõe o conceito de ecoturismo.

ECOTURISMO: DISCURSO E INTERESSES ECONÔMICOS

Para diversos segmentos da sociedade civil, desde a esfera governamental ao setor privado, o ecoturismo representa uma ruptura com a fórmula tradicional turística, pois trata-se de um instrumento novo e promissor para garantir a preservação da biodiversidade em áreas frágeis e ameaçadas, bem como promover a diminuição da pobreza por meio da criação de oportunidades econômicas para o desenvolvimento das comunidades envolvidas (ANDERSEN, 1995). Essa noção sobre o ecoturismo, amplamente alinhada à idéia de desenvolvimento sustentável, tem servido como o argumento central na construção do discurso ecoturístico. Assim, o ecoturismo é freqüentemente apresentado como uma fórmula inteligente e funcional para a solução da pobreza, garantindo a conservação ambiental e a sustentabilidade do empreendimento ecoturístico. Para o caso brasileiro, o exemplo emblemático desse tipo de discurso é apresentado nas *Diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo* (GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL MMA-MICT-IBAMA-EMBRATUR, 1994, p. 2), cujo trecho, transcrevemos abaixo.

A toda liderança corresponde uma parcela de responsabilidade e, neste quadro, a indústria de turismo e viagens, líder mundial em movimentação de recursos e geração de empregos, que depende umbilicalmente de uma gestão sustentada dos patrimônios natural e cultural, cruza seu caminho com o Brasil, maior país tropical do mundo, proprietário e gestor do maior banco de biodiversidade do planeta. Desta relação surge o ecoturismo como um dos mais inteligentes instrumentos de viabilização econômica para o gerenciamento correto dos recursos naturais, oferecendo aos brasileiros uma alternativa digna de conquistar seu sustento e uma vida melhor, ao mesmo tempo em que assegura às gerações futuras, o acesso aos legados da natureza.

O ecoturismo é o ramo da indústria turística que cresce mais rapidamente (HORWICH *et alli*, 1995; DAVENPORT, 1995), representando algo em torno de 5 a 8% da atividade turística (VITAE CIVILIS; WWF-BRASIL, 2003) e vem sendo acolhido por muitos governos como uma oportunidade para gerar rendimentos e empregos em áreas relativamente preservadas como alternativa para as práticas tradicionais de desenvolvimento (LINDBERG e HUBER, 1995). A associação empresarial, conjugada pelo negócio ecoturístico e pelas unidades de conservação, é amplamente apoiada até mesmo pela ala mais radical do preservacionismo ambiental, havendo, inclusive, sugestões no sentido de aumentar as receitas financeiras de parques e reservas a partir da exploração do ecoturismo dado seu caráter, *por definição*, sustentável (TERBORGH; PERES, 2002; DAVENPORT, 2002).

A partir de uma perspectiva estritamente econômica, o turismo tem se mostrado extremamente atraente aos governos por oferecer uma alternativa a outras atividades econômicas, aumentando a capacidade de gerar divisas e pelo seu potencial para promover o desenvolvimento econômico regional (WEARING; NEIL, 2001).

O fascínio causado no segmento empresarial pelo aspecto lucrativo do ecoturismo, a necessidade de contato com o ambiente natural - comportamento que o homem moderno tem exibido em níveis crescentes - e o modismo engendrado pelo mercado, têm resultado numa expansão acelerada da atividade, o que é facilmente percebido pela oferta crescente de "pacotes" e de novos destinos ecoturísticos que povoam revistas comerciais e jornais de grande circulação em todo o território nacional.

Para o Estado de São Paulo, as *Diretrizes para uma Política Estadual de Ecoturismo* apontam 52 localidades identificadas como destinos onde se verificam rotinas de visitação ecoturística (SÃO PAULO, 1997). A listagem apresentada inclui, entre outros, o município de Brotas, que é um destino de referência do turismo esportivo de aventura, o município de São

Bento do Sapucaí, uma referência para práticas de escalada e montanhismo, a Estação Ecológica Juréia-Itatins, um emblema do uso equivocado de uma Estação Ecológica pelo turismo de massa, o município de Iporanga, uma referência do turismo especializado em cavernas – o espeleoturismo.

Junto a essa onda expansionista do ecoturismo, inúmeras modalidades de turismo são condensadas nesse segmento vanguardista do turismo com vistas a uma maior diversificação de produtos na exploração econômica do ecoturismo. São listadas como “atividades ecoturísticas” o bóia-cross (acquaraid), o canyoning e cachoeirismo (cascading), canoagem (canoeing e kayaking), rafting, pesca amadora e esportiva, mergulho livre e autônomo (diving), asa-delta, acampamento (camping), arvorismo, ciclismo (mountain biking), caminhadas e travessias (hikking e trekking), exploração de cavernas, montanhismo, observação da fauna, flora e paisagens, passeio e enduro equestre, visitas às comunidades locais e tradicionais, visitas a propriedades rurais e visitas ao patrimônio histórico-cultural (VITAE CIVILIS; WWF-BRASIL, 2003, p. 37).

O quadro que se esboça causa, freqüentemente, muita confusão. A necessidade do uso de equipamentos sofisticados e caros, como é o caso de inúmeras das atividades listadas acima, tem levado à idéia que o ecoturismo é uma atividade turística direcionada para as elites detentoras de maior poder aquisitivo. Talvez não seja bem assim. Primeiramente, não podemos confundir atividades esportivas praticadas no ambiente natural como se tratassem de ecoturismo. A prática do ecoturismo não se realiza, necessariamente, por meio das atividades esportivas descritas acima e, portanto, prescinde do uso de equipamentos especializados. A prática do ecoturismo não significa, necessariamente, aventura, adrenalina e agitação, tal como o mercado procura formatar determinados produtos ecoturísticos para atender a demanda de segmentos sociais alinhados com o modismo do “ser radical”.

A prerrogativa básica para que qualquer modalidade de turismo se enquadre na categoria de ecoturismo é o cumprimento, daquilo que dispõe a definição geral para ecoturismo proposta pelas *Diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo*, que em resumo é a promoção do bem-estar das populações locais, a conservação do ambiente e o desenvolvimento de uma consciência ambiental. Sem isso, mesmo que mantendo contato direto com o ambiente natural, uma atividade turística pode se configurar como qualquer outra forma de turismo que não o ecoturismo.

Na prática do ecoturismo deve haver integração ao contexto sócio-cultural local que, por sua vez, é parte imanente do universo ambiental. É nesse amálgama que o ecoturista encontra uma passagem para um outro universo, além de apoio logístico e ajuda para adentrar novos *lugares*, decifrar signos, perceber novos significados e realizar novas leituras do mundo ao seu redor. A aventura se dá muito mais para o espírito e para o intelecto do que propriamente para o corpo físico.

Essas qualidades do ecoturismo acabam por defini-lo, novamente, como uma atividade “elitista”, pois pressupõe um estado de consciência ainda restrito a uma parcela pequena dos turistas. Surge, portanto, uma aparente incoerência que se resume na seguinte questão: se o ecoturismo está restrito a uma pequena parcela de pessoas, uma elite consciente e sensível aos problemas sócio-ambientais, como pode este segmento da indústria turística despontar com cifras de crescimento tão expressivas, ao mesmo tempo em que se torna uma modalidade turística cada vez mais popular? Talvez a questão seja ainda outra, ou seja, de que ecoturismo estamos falando?

De acordo com as Diretrizes para uma Política Estadual de Ecoturismo (SÃO PAULO, 1997, p.13), uma pesquisa realizada entre os representantes do *mercado do ecoturismo* indicou que “a concepção predominante neste setor o interpreta como”:

toda atividade turística realizada em área natural com o objetivo de observação e conhecimento da flora, fauna e aspectos cênicos (com ou sem sentido de aventura); prática de esportes e realização de pesquisas científicas.

A definição acima nos dá uma idéia de como o mercado entende o ecoturismo e, naturalmente, ele o entende da forma mais geral possível, pois a ele interessa a diversificação e quantidade de produtos ecoturísticos, o que aumenta as suas possibilidades de atuação e exploração do ecoturismo sob a perspectiva no negócio financeiro.

Essa definição de ecoturismo não pode cumprir com aquilo que é previsto na definição oficial de ecoturismo, e se constitui numa formulação com objetivos, diametralmente, opostos ao desejo e necessidade de conservação ambiental, promoção do bem-estar de populações locais e desenvolvimento de uma consciência ambientalista.

O mercado possui um papel que vai muito além de viabilizar o comércio de produtos, a troca de serviços e mercadorias. O mercado no mundo moderno é também um instrumento que zela pela ideologia hegemônica enquanto homenageia movimentos sociais organizados que se levantam contra a cultura que lhe dá suporte. Não se opõe a esses movimentos e nunca se defende explicitamente. Pelo contrário, eleva esses movimentos ao *status* de moda e, assim, leva o *hippie*, o *punk*, o *rapper*, o marginal, o ecoturista para a vitrine. Lá, como num altar sagrado, imola-os. Transforma-os em mercadoria destituída de sentido ao longo de um processo de sabotagem social, anulando o poder de transformação contido nos movimentos que por ele são apropriados e selando o seu próprio destino.

A incorporação mercantil banaliza os movimentos sociais, provoca sua ruptura e desarticulação, coloca-os ao seu serviço e esvazia-os de seu significado original. E ao que restou desses movimentos, já sob a roupagem da mercadoria, avançam críticos e intelectuais que desferem o golpe de misericórdia.

Dessa forma, o mercado promove o esvaziamento do sentido do ecoturismo, que perde sua direção e seu significado, causando confusão e criando uma prática alienada em relação ao aspecto conceitual em que se apóia indevidamente. Ao mesmo tempo, o *ecoturismo de mercado*, baseado no pensamento econômico focado no lucro, beneficia principalmente aqueles que já estão integrados ao modelo hegemônico de crescimento econômico e que disponham de recursos financeiros para efetivar as mudanças estruturais do lugar turístico demandadas pelo ecoturista criado pelo mercado.

Não obstante, o que prevalece no cenário nacional é o *ecoturismo de mercado* que, por meio da concepção extremamente generalista do conceito de ecoturismo, responde pela expansão acelerada que se verifica neste segmento da indústria turística. Esse quadro, embora tenha sido denunciado há mais de uma década (GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL MMA-MICT-IBAMA-EMBRATUR, 1994, p. 3), muito pouco mudou no decorrer desse período.

[...] o ecoturismo praticado no Brasil é uma atividade ainda desordenada, impulsionada, quase que exclusivamente, pela oportunidade mercadológica, deixando, a rigor, de gerar os benefícios sócio-econômicos e ambientais esperados e comprometendo, não raro, o conceito e a imagem do produto ecoturístico brasileiro nos mercados interno e externo.

A explicação para o interesse e domínio que o mercado exerce sobre a prática do ecoturismo se deve ao fato deste segmento representar, hoje, uma das atividades econômicas mais prósperas do mercado mundial (WEARING; NEIL, 2001; CEBALLOS-LASCURÁIN, 1995). De acordo com os cálculos da Organização Mundial de Turismo (OMT), o ecoturismo apresenta uma taxa de crescimento da ordem de 20% por ano, o que qualifica esse segmento como um dos mercados mais promissores, principalmente em países com significativas reservas naturais, como é o caso do Brasil e outros países da América Latina (AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA, 2005, p. 161).

O interesse centrado no aspecto lucrativo do *ecoturismo de mercado* tem negligenciado outros aspectos importantes para a sua própria manutenção, tais como o "ambiente natural, a cultura e os aspectos psicossociais das comunidades receptoras" (RUSCHMANN,

2000, p. 164). Seguindo por essa linha, o *ecoturismo de mercado* representa aquilo que Corrêa (2000, p. 95) caracteriza como um “pretexto para uso indiscriminado de espaços que deveriam merecer proteção contra a exploração tipicamente comercial”.

De acordo com Wearing e Neil (2001), o ecoturismo tem sido, muitas vezes, estimulado pelos governos ou pela indústria turística sem atenção adequada à legislação, sem a consulta ou inclusão das comunidades locais e sem projetos eficientes de gerenciamento das áreas de visitação. A falta de um planejamento rigoroso compromete os benefícios que se tornam onerosos em função do expressivo impacto que o turismo causa nas comunidades locais através do aumento da poluição, da elevação dos preços locais e da exportação dos lucros para fora da comunidade.

Não obstante, percebe-se a propagação de uma consciência ambiental e social, principalmente nos países denominados “desenvolvidos”, evidenciada, por exemplo, pelo rápido aumento do número de programas de certificação ambiental. Os debates internacionais em torno da questão ambiental têm servido de suporte para o desenvolvimento e disseminação de uma consciência capaz de promover uma mudança de atitude dos consumidores em relação ao mercado, ditando tendências para a formatação de produtos específicos para segmentos cada vez mais populosos e exigentes em relação ao compromisso social e ambiental das empresas responsáveis pelos produtos que consomem.

Longe de se configurar num problema, a questão ambiental quando tratada pela lógica do mercado se transforma num novo filão financeiro, pois quem paga a conta é sempre o consumidor final, garantindo, dessa forma, a lucratividade do empreendimento. Diante de previsões que acenam para um colapso ambiental iminente, as empresas mais atentas às tendências mundiais mudam a postura e o discurso, mas não perdem o foco no objeto central que as integram ao modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico. O trecho abaixo, compilado de Donaire (2000, p. 81), exemplifica esse comportamento empresarial e clareia o debate.

Assim, as portas do mercado e do lucro se abrem cada vez mais para as empresas que não poluem, poluem menos ou deixam de poluir, e não para as empresas que desprezam as questões ambientais na tentativa de maximizar seus lucros [...]. No setor privado, meio ambiente e sua proteção estão se tornando oportunidades para abrir mercados e prevenir-se contra restrições futuras.

O comportamento oportunista do mercado, respaldado por um pensamento pragmático e direcionado ao lucro, desprovido de um compromisso verdadeiro com a questão sócio-ambiental, cultural ou educacional, é capaz de ir muito mais além. O oportunismo do mercado, quando levado aos extremos, cria cenários surreais que se situam entre a enganação e o presépio vivo. Um exemplo clássico que ilustra bem este tipo de estratégia mercadológica é descrito por Ruschmann (2000, p. 25).

[...] um dos grandes atrativos do turismo de natureza se concentra na originalidade da agricultura e do pastoreio de montanha (Alpes), os governos, por meio da “lei da montanha”, pagam um determinado valor para que os agricultores e pastores não modernizem suas técnicas de trabalho, pois o abandono das práticas tradicionais diminuirá o interesse e o conseqüente fluxo de turistas. A diferença na lucratividade é paga por governos como, por exemplo, os da Suíça e da Áustria. Esse pagamento interessa aos moradores das montanhas [...], e muito mais aos governos desses países, que têm no turismo sua maior fonte de divisas.

As projeções, sempre muito otimistas, acerca do crescimento do mercado do ecoturismo têm servido de base para o planejamento e ordenação dessa atividade para um futuro

próximo, ao mesmo tempo em que serve de inspiração para a elaboração de projetos voltados para a solução de problemas econômicos e ambientais em regiões pobres. Entretanto, a política expansionista do mercado turístico, especialmente o ecoturismo de mercado, tem se mostrado insustentável diante da falta de um compromisso verdadeiro com os aspectos sociais e ambientais (KRIPPENDORF, 2004). Além disso, a necessidade de limitação no uso dos destinos turísticos e ecoturísticos para se garantir algum nível de sustentabilidade, somados aos cenários sócio-ambientais pouco otimistas para um futuro próximo, criam um quadro de incerteza em relação aos rumos da indústria turística, principalmente, quando sabemos que esta indústria é relativamente frágil, uma vez que "a viagem excursionária é, por definição, um artigo de luxo" (LAGE; MILONE, 2000, p. 124). O equacionamento de todos esses fatores deve ser realizado com cautela, uma vez que evidenciam o alto risco que circunscreve o empreendimento do ecoturismo.

ENTRAVES NA PRÁTICA DO ECOTURISMO

Há um grande abismo entre a teoria e a prática do ecoturismo, ou seja, o ecoturismo conceitual, produto da definição oficial para o território nacional, é algo completamente diverso daquilo que se define no *ecoturismo de mercado*, que é a forma de ecoturismo que prevalece na prática. Entre um e outro, há um frágil filamento que se estende sobre o abismo que os separa, ligando-os por meio de um objetivo comum: a busca pelo contato com o ambiente natural.

Não obstante, o ecoturismo é tratado como uma fórmula mágica, a materialização da Cornucópia de Amaltéia, que todos os problemas pode resolver, principalmente aqueles de ordem econômica. O ecoturismo se tornou o depositário da esperança de se poder conciliar crescimento econômico e conservação ambiental. Nas *Diretrizes para uma Política Estadual de Ecoturismo* essa esperança está contida no elenco denominado "impactos positivos das atividades do ecoturismo", que disponibilizamos a seguir (SÃO PAULO, 1997, p. 15).

- geração de emprego, renda e estímulo ao desenvolvimento econômico em vários níveis (local, regional, estadual, nacional);
- possibilidade de melhoria de equipamentos urbanos e de infra-estrutura (viária, sanitária, médica, de abastecimento e de comunicações);
- ampliação dos investimentos voltados à conservação de áreas naturais e bens culturais;
- fixação das populações locais graças à geração de emprego e renda;
- sensibilização de turistas e populações locais para a proteção do ambiente, do patrimônio histórico e de valores culturais;
- fomento a outras atividades econômicas potencialmente sustentáveis, como o manejo de plantas medicinais, ornamentais, etc;
- melhoria do nível sócio-cultural das populações locais;
- estimula à comercialização de produtos locais de qualidade;
- intercâmbio de idéias, costumes e estilos de vida.

Na versão nacional das Diretrizes, há uma listagem resumida que serviu de base para elaboração dessa última. Entretanto, as *Diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo* apresentam uma tarefa de grande envergadura e responsabilidade para o ecoturismo: "a promoção do desenvolvimento sustentável" (GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL MMA-MICT-IBAMA-EMBRATUR, 1994, p. 4). Este é, certamente, um ponto que merece atenção especial e será tratado, mais adiante, neste mesmo trabalho. De forma geral, a noção média sobre o que se espera do ecoturismo pode ser sintetizado pela formulação proposta pela

Vitae Civilis e WWF-Brasil (2003, p. 139), que julga ser o ecoturismo “capaz de propiciar simultaneamente renda e emprego para milhares de pessoas e promover a conservação do patrimônio ambiental, cultural e histórico de muitas regiões do planeta”.

De acordo com Wearing e Neil (2001), não se pode negar que o ecoturismo já fez contribuições importantes no sentido de proporcionar benefícios econômicos para o desenvolvimento e conservação local em muitas regiões do planeta. Mas, também é verdade que, em muitos casos, o ecoturismo, em vez de oferecer os benefícios esperados, provocou uma série de problemas tais como a degradação ambiental, o impacto negativo sobre a cultura local, a criação de dificuldades econômicas para as comunidades envolvidas (BRANDON, 1995). Além disso, tem sido apontado como o responsável pela pavimentação do caminho para o estabelecimento do turismo de massa. Entendemos que os efeitos negativos são muito mais sérios no caso do ecoturismo quando comparado ao turismo de massa, pois o ecoturismo depende de ambientes naturais preservados e se concentra em áreas ecologicamente sensíveis (WEARING; NEIL, 2001).

Geralmente, a indústria do ecoturismo procura por áreas com alto grau de conservação onde se pode encontrar a natureza relativamente intacta. Esses locais são frequentemente encontrados em unidades de conservação que, em sua maior parte, reúnem ambientes e ecossistemas de alta fragilidade.

Por outro lado, em busca de geração de receitas maiores para as unidades de conservação, seus administradores estão procurando levar um número cada vez maior de visitantes a parques e reservas, provocando um aumento crescente do fluxo de turistas, o que tem se constituído numa séria ameaça à preservação ambiental dessas áreas (BOO, 1995; BLANGY; WOOD, 1995). Os níveis muito elevados de visitação ecoturística acabam resultando em custos financeiros, ecológicos e sociais maiores que as receitas geradas pela atividade (LINDBERG; HUBER, 1995).

Apesar do ecoturismo estar crescendo rapidamente, a maior parte de seu crescimento é considerada insustentável. Na verdade, há uma grande preocupação em relação ao fato de o ecoturismo não ter atingido o seu potencial enquanto instrumento de conservação e desenvolvimento econômico (WEARING; NEIL, 2001; LINDBERG; HUBER, 1995).

De acordo com BRANDON (1995), a responsabilidade pelo insucesso de vários empreendimentos ecoturísticos cabem aos seguintes fatores:

- a) ausência de empenho e comprometimento político dos governos para mobilizar os recursos humanos, financeiros, culturais e morais que garantam a integração dos princípios ecológicos com o desenvolvimento econômico;
- b) o fato de o turismo ser, em geral, promovido por interesses variados de pessoas estranhas à região, bem como por não estar estruturado de forma a satisfazer as necessidades locais, exportando os benefícios financeiros para fora da região;
- c) falta de integração das necessidades e preferências locais no processo de planejamento.

Esse quadro geral do ecoturismo em que os desacertos se sobrepõem ao sucesso da atividade, resultado da extrema dificuldade de alcançar aquilo que se espera do ecoturismo, e que o torna muito mais semelhante à Caixa de Pandora do que à Panacéia que dele se esperava, pode ser entendido como uma incompatibilidade do ecoturismo oficial em relação ao modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico, onde se deseja, forçosamente, enquadrá-lo.

Em poucas palavras, o *ecoturismo* é incompatível com a lógica desenvolvimentista ortodoxa. Isso porque sua formulação está baseada no conceito de desenvolvimento sustentável. Dessa forma, o ecoturismo se configura num instrumento auxiliar ao processo de desenvolvimento, reunindo em si os três pilares básicos que dão suporte ao conceito de desenvolvimento sustentável, a saber: os aspectos social, ambiental e econômico.

Por outro lado, o ecoturismo, enquanto *atividade econômica* que integra os aspectos social e ambiental, procura resolver a contradição que existe entre crescimento econômico, conservação ambiental e desenvolvimento social. O resultado disso é o *ecoturismo na prática*, definido pelo ecoturismo de mercado, e seus efeitos perversos sobre os aspectos secundários, o social e o ambiental, que não são as suas prioridades.

A apropriação que o mercado, ainda baseado na ideologia do crescimento econômico, faz do ecoturismo acaba por reverter os resultados que dele se esperava, criando novos significados e aumentando a complexidade, já bastante intrincada, acerca da prática do ecoturismo. Enquanto se esperava do ecoturismo o exercício de práticas conservacionistas, o desenvolvimento de uma consciência ambientalista e a promoção do bem-estar das populações locais, o que se tem verificado na prática é um quadro muito diverso. Esse fato cria uma situação marcada pelo descrédito, o que torna o ecoturismo alvo de críticas severas.

O ecoturismo, enquanto instrumento auxiliar ao processo de desenvolvimento, pode servir a propósitos distintos e, até mesmo, contraditórios a aquilo que lhe foi designado como função. Isto é, o ecoturismo quando apropriado pelo mercado sofre reformulações para compatibilizá-lo com o pensamento, ainda hegemônico, baseado no crescimento econômico como via de acesso ao desenvolvimento social e à conservação ambiental.

Esse ecoturismo, que denominamos *ecoturismo de mercado*, ganha novos significados e funções, constituindo-se num instrumento eficiente para a geração de lucros e fortalecimento da economia, pois a reformulação desse instrumento, a partir da perspectiva do mercado, orientado pelo pensamento desenvolvimentista, consiste em acentuar a tônica sobre o aspecto econômico, enquanto os aspectos social e ambiental são mantidos apenas como acessórios de um modismo, que pode ser facilmente reconhecido no clichê “agregar valor à mercadoria”.

Esse *ecoturismo de mercado* é um instrumento que não serve aos propósitos da conservação ambiental e do desenvolvimento social, pois encerra em si a contradição de reproduzir o modelo de desenvolvimento que produz as desordens sócio-ambientais que se deseja solucionar.

Por outro lado, o *ecoturismo oficial* é, também, alvo de críticas sustentadas pela incompatibilidade de seu conceito em relação ao modelo hegemônico de desenvolvimento (PIRES, 1998). Tais críticas se servem, naturalmente, da mesma perspectiva que norteia o surgimento do *ecoturismo de mercado*. A título de ilustração daquilo que procuramos esclarecer, transcrevemos um trecho de Ruschmann (2000, p. 25) que trata dos possíveis efeitos do ecoturismo oficial sobre o mercado se fossem levadas a cabo as exigências para a sua implementação em acordo com a definição oficial de ecoturismo.

O produto turístico natural baseia-se na venda dos aspectos ambientais das localidades e a estrutura receptiva deve ser pequena, refinada, integrada e harmoniosa em relação ao meio. Diante disso, pergunta-se até que ponto os empresários do turismo, que demonstram avidez pela rentabilidade, interessar-se-ão pelo desenvolvimento desse tipo de negócio, que, por causa de seu tamanho, nem sempre apresenta lucros imediatos.

No parágrafo citado acima, a pergunta realizada se sustenta na perspectiva da ideologia hegemônica, de caráter puramente administrativo e que antepõe o aspecto financeiro à frente de outras dimensões que integram o lugar turístico. A pergunta reflete uma preocupação primordial com o sucesso imediato do negócio financeiro e sua lucratividade. A tarefa que nos impõe o ecoturismo oficial é perceber as coisas sob uma outra perspectiva, de modo semelhante a aquilo que Spinoza denomina de “perceber as coisas sob a perspectiva da eternidade” (RUSSELL, 2001, p. 288).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que o *ecoturismo*, como produto do conceito de desenvolvimento sustentável, pode funcionar corretamente dentro dos limites impostos por sua própria base conceitual. Em outras palavras, o ecoturismo é um instrumento específico que não funciona, considerando sua definição oficial, fora da matriz conceitual onde estão alicerçadas as suas bases. Trata-se de um instrumento complexo que exige muito mais que um manual técnico para ser implementado. O ecoturismo, como é oficialmente definido, só pode exercer suas funções plenas dentro de um quadro em que o desenvolvimento sustentável, que é o seu suporte, tenha sido implantado. Assim, entendemos que o ecoturismo não pode promover o desenvolvimento sustentável, do qual depende para a sua própria efetivação.

Por outro lado, o surgimento do *ecoturismo de mercado* é resultado de uma necessidade intrínseca ao modelo de desenvolvimento que se esforça para torná-lo funcional dentro da perspectiva do crescimento econômico, que é o centro de comando e mola de propulsão do desenvolvimento centrado na economia. Dessa forma, o *ecoturismo de mercado* não pode, e tampouco deseja, cumprir com aquilo que não é a sua função, pois sua função primordial é o lucro.

REFERÊNCIAS

- ACKERMAN, J. Parques urbanos. **National Geographic**, v. 79, p. 90-95, outubro 2006.
- AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA. **Desenvolvimento sustentável na bacia do Ribeira de Iguape**: uma análise das condições e limitações sócio-econômicas ao ecoturismo. São Paulo, SP, [2005]. 1 CD-ROM. Windows. Relatório final.
- ANDERSEN, D.L. **Uma janela para o mundo natural**: o projeto de instalações ecoturísticas. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. **Ecoturismo**: Um guia para planejamento e gestão. São Paulo: SENAC, 1995. 195-221p.
- BIEN, A. **A Simple User's Guide to Certification for Sustainable Tourism and Ecotourism**. Washington, DC: The International Ecotourism Society (draft publication), 2003. 25p.
- BLANGY, S.; WOOD, M. E. Desenvolvendo e implementando diretrizes ecoturísticas para áreas naturais e comunidades vizinhas. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. **Ecoturismo**: Um guia para planejamento e gestão. São Paulo: SENAC, 1995. 57-91p.
- BOO, E. O planejamento ecoturístico para áreas protegidas. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. **Ecoturismo**: Um guia para planejamento e gestão. São Paulo: SENAC, 1995. 31-55p.
- BRANDON, K. Etapas básicas para incentivar a participação local em projetos de turismo de natureza. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. **Ecoturismo**: Um guia para planejamento e gestão. São Paulo: SENAC, 1995. 223-252p.
- CASTROGIOVANNI, A. C. Turismo, ecoturismo e sustentabilidade: inquietações e possibilidades. In: MOESCH, M. M. **Um outro turismo é possível**. Porto Alegre: Contexto, 2004. 106-110p.
- CEBALLOS-LASCURÁIN, H. "O ecoturismo como um fenômeno mundial". In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. **Ecoturismo**: Um guia para planejamento e gestão. São Paulo: SENAC, 1995. 23-29p.
- CORRÊA, T. Reflexões sobre turismo e mercado turístico: o caso do Brasil e dos Estados Unidos na perspectiva do turismo ecológico como negócio. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000. 94-101p.

DAVENPORT, L. *et al* Ferramentas de ecoturismo para parques. In: TERBORGH, J. *et al* (Org.) **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Editora da UFPR – Fundação O Boticário, 2002. 305-333p.

DONAIRE, D. Considerações sobre a variável ecológica, as organizações e o turismo. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000. 80-84p.

GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL MMA-MICT-IBAMA-EMBRATUR **Diretrizes para a política nacional de ecoturismo**. 1994, 18p. Disponível em <<http://www.ecobrasil.org.br>>. Acesso em: 02 de maio de 2004.

HORWICH, R. H. *et al* O ecoturismo e o desenvolvimento da comunidade: A experiência de Belize. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. **Ecoturismo: Um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: SENAC, 1995. 253-281p.

KRIPPENDORF, J. Rio: 10 anos depois: Cartão vermelho para o turismo? In: MOESCH, M. M. **Um outro turismo é possível**. Porto Alegre: Contexto, 2004. 43-48p.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. Impactos socioeconômicos globais do turismo. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000. 117-131p.

LINDBERG, K.; HUBER, R. M. Questões econômicas na gestão do ecoturismo. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. **Ecoturismo: Um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: SENAC, 1995. 141-193p.

LUCHIARI, M. T. D. P. **O lugar no mundo contemporâneo: turismo e urbanização em Ubatuba – SP**. 1999. 218 f. Tese (doutorado). Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP.

PIRES, P. S. **Ecoturismo no Brasil: uma abordagem histórica e conceitual na perspectiva ambientalista**. 1998. 218 f. Dissertação (mestrado). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas: Papirus, 2000. 199p.

RUSSELL, B. **História do pensamento ocidental**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. 463p.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Educação Ambiental. Universidade Estadual de Campinas. Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais. **Diretrizes para uma política estadual de ecoturismo: proposta**. São Paulo, 1997. 72p. Série documentos ambientais.

SOUSA, C. A. A. Ecoturismo e envolvimento comunitário. In: VASCONCELOS, F. P. **Turismo e meio ambiente**. Fortaleza: FUNECE, 1998. 236-251p.

TERBORGH, J.; PERES, C. A. O problema das pessoas nos parques. In: TERBORGH, J. *et al* (Org.) **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Editora da UFPR – Fundação O Boticário, 2002. 334-346p.

VITAE CIVILIS, WWF-BRASIL. **Sociedade e ecoturismo: na trilha do desenvolvimento sustentável: como diferentes atores sociais podem, de forma participativa, elaborar planos estratégicos de conservação e geração de renda. O caso do ecoturismo no Vale do Ribeira na Mata Atlântica**. Editora Fundação Peirópolis, São Paulo, SP, 2003. 144p.

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. Barueri: Editora Manole Ltda, 2001. 256p.

Recebido em dezembro de 2008

Revisado em maio de 2009

Aceito em junho de 2009

